

ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO PRELIMINAR NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ESTADUAIS DO PARANÁ

Angela Maria de Oliveira¹
Silmara Carneiro e Silva²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo preliminar sobre as condições de acessibilidade informacional das bibliotecas universitárias paranaenses. Trata-se de um estudo qualitativo, subsidiado por pesquisa bibliográfica acerca do tema da acessibilidade informacional no contexto das bibliotecas universitárias e, por pesquisa de campo, junto às bibliotecas universitárias estaduais do Paraná. Para a obtenção dos dados junto às bibliotecas, elaborou-se um questionário, contendo questões de múltipla escolha e discursivas, tendo como respondentes seus respectivos bibliotecários responsáveis/diretores. O questionário foi elaborado com apoio da ferramenta Google Forms, cujo link foi enviado, via e-mail, para as 7 bibliotecas universitárias do Estado do Paraná, obtendo retorno de 6 questionários respondidos. Os resultados indicam que todas as bibliotecas pesquisadas atendem usuários com deficiência, principalmente, com deficiência intelectual. A maioria das bibliotecas tem recursos de tecnologia assistiva, sendo que apenas uma disponibiliza serviços específicos para atender à diferentes necessidades e especificidades da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Bibliotecas universitárias. Pessoa com deficiência.

1 Bibliotecária da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Biblioteconomia e Ciência pela Universidade Federal do Paraná/Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas –Escola de Governo do Estado do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG. Especialista em Uso Estratégico das Novas Tecnologias da Informação – UNESP/Marília. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. E-mail: amolivei@uepg.br

2 Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Pós-doutora pela UEL. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da UEPG - CNPq. E-mail: scsilva@uepg.br

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais. (IBGE, 2023). Dentro deste contexto a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior tem aumentado, cujas políticas públicas de inclusão, políticas de ações afirmativas e a Lei Brasileira da Inclusão de Pessoa com Deficiência de 2015 podem estar contribuindo para isso. Portanto, as universidades devem se preocupar em oferecer condições para que essas pessoas possam permanecer com qualidade nas instituições de ensino superior.

Neste contexto, as bibliotecas universitárias têm um papel fundamental em conhecer seus usuários e suas necessidades informacionais auxiliando no processo educacional. Para tanto, cabe às referidas bibliotecas, disponibilizarem o acesso à informação de qualidade de maneira igualitária a todos. Nessa direção, é importante ressaltar, que em algumas situações, faz-se necessário a oferta de atendimentos diferenciados, em diversos formatos, contribuindo para a formação intelectual e da cidadania.

O presente estudo teve como objetivo realizar um estudo preliminar sobre as condições de acessibilidade informacional das bibliotecas universitárias estaduais do Paraná. Para tanto, o presente artigo, foi organizado em três itens. O primeiro trata sobre a biblioteca universitária, acessibilidade informacional e a inclusão da pessoa com deficiência o segundo apresenta a metodologia da pesquisa e o terceiro apresenta os resultados da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, há a uma síntese desses resultados e uma breve indicação de ações para informar as políticas universitárias acerca da importância da acessibilidade informacional para o atendimento do estudante com deficiência nas suas bibliotecas, primando pela sua permanência no ensino superior.

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A biblioteca universitária tem como premissa atuar como mediadora entre a informação e a comunidade universitária, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo dos anos, as bibliotecas estão passando por mudanças significativas e uma delas é seu papel social, não dá para seguir os mesmos princípios de antes. Hoje, nas universidades brasileiras e não diferente, também nas universidades paranaenses se reconhecem as diversidades humanas e, paulatinamente, tem se desenvolvido políticas de assistência estudantil para estudantes vulneráveis e ações afirmativas e de inclusão, visando o acesso e a permanência dos diferentes grupos sociais, das chamadas minorias sociais. Nesse contexto, se insere o atendimento das necessidades e demandas das pessoas com deficiências, ao que as bibliotecas universitárias estão diretamente relacionadas, uma vez que se constituem mediadoras da informação no âmbito da comunidade universitária. Esse processo de mediação realizado pelas bibliotecas, concretiza no cotidiano das instituições de ensino superior, elementos importantes que contribuem, a partir das suas especificidades, para a tão desejada e complexa democratização do acesso às universidades. Com isso, faz-se necessário pensar numa biblioteca acessível, com produtos e serviços em diversos formatos, que favoreçam a acessibilidade informacional dos usuários, para que o acesso seja para todos, democraticamente.

Para Diniz, Almeida e Furtado (2020, p. 313):

a biblioteca universitária enquadra-se como um espaço social propício para promover a inclusão de pessoas com deficiência, dentro da perspectiva da acessibilidade. [...] Espaço democrático e de aprendizagem que prioriza a inclusão pela informação, devendo contemplar todas as dimensões de acessibilidade.

Aqui, entra o profissional bibliotecário, principalmente o bibliotecário de referência, que trabalha diretamente no atendimento ao usuário, cabe a este profissional promover a acessibilidade à biblioteca e aos seus recursos,

p.45

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, S.C.. Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência: um estudo preliminar nas bibliotecas universitárias estaduais do Paraná
Cadernos de InterPesquisas, Curitiba, v.2, p.43-63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10596110>

portanto, ele deve ampliar suas competências, habilidades para atender as pessoas com deficiência, ter empatia ao se deparar com este usuário que busca a igualdade de oportunidades e o direito à informação.

Tratando-se da acessibilidade, recorre-se ao texto da Lei n. 13.146/2015, na qual se define a acessibilidade como a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 2).

Buscando-se a efetivação da acessibilidade, considerando o contexto das bibliotecas universitárias, há que se tratar da acessibilidade informacional, o que deve levar em conta diferentes elementos, como: estrutura física, laboratórios de acessibilidades, tecnologia assistiva, pessoal técnico capacitado, regulamento da biblioteca que atenda a expectativa do usuário com deficiência, entre outras questões.

Mezzari (2015, p. 61) “compreende que a acessibilidade informacional acontece quando a informação está disponível para o uso de maneira que possa ser facilmente entendida e conhecida por qualquer pessoa, seja ela ouvinte, surda, deficiente visual, idosa, deficiente físico”, ou seja acessível a todos de forma igualitária. Castro e Brasil (2021, p. 119):

A acessibilidade informacional relaciona-se ao conteúdo do acervo, como livros, periódicos, folhetos, jornais, trabalhos acadêmicos de conclusão de curso, informações encontradas em fontes informacionais provenientes tanto do mercado editorial, quanto da literatura cinzenta, tendo a equipe da biblioteca universitária selecionando, adquirindo, catalogando, indexando, organizando e disseminando essa informação de acordo com o interesse de seus usuários no âmbito da instituição, administrados através de seus regulamentos e regimento, armazenados e registrados por meio dos diversos suportes (papel, multimeios) e formatos (impresso em Braille, ampliado, ePUB, PDF, HTML) se compatíveis com as tecnologias assistivas

p.46

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, S.C.. Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência: um estudo preliminar nas bibliotecas universitárias estaduais do Paraná
Cadernos de InterPesquisas, Curitiba, v.2, p.43-63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10596110>

atuais e aos diversos dispositivos utilizados para leitura digital (computadores, tablets, dispositivos para leitura digital, celular).

Nessa perspectiva, a biblioteca deve excluir qualquer barreira que dificulte esse acesso, sendo “certo afirmar que [...] barreiras representa obstáculo para construção de uma consciência inclusiva e de uma sociedade democrática, [...] e que sua remoção formará [...], uma coletividade mais justa, mais inclusiva e mais solidária” (BRASIL, 2019, p. 18-19).

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida junto às 7 Bibliotecas Universitárias Estaduais do Estado do Paraná (Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Oeste - UNIOESTE, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO). Não houve delimitação de amostra, considerando que a intenção foi realizar um estudo preliminar das condições de acessibilidade de todas as bibliotecas das universidades estaduais do Estado.

Quadro 1 – Caracterização da Universidades Estaduais do Estado do Paraná quanto a cotas para Pessoas com Deficiência.

Universidade	Resolução de Cotas para PcD	Ementa
UEPG	Resolução UNIV N° 2022.28	Estabelece normas relativas à reserva de vagas ofertadas no Vestibular e Processo Seletivo Seriado dos Cursos de Graduação presenciais, para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, para aqueles que se autodeclarem negros e pessoas com deficiência.
UEM	Resolução N° 041/2021-CEP	Aprova as diretrizes para a inclusão de vagas e ingresso de pessoas com deficiência nos cursos de graduação da UEM.
UEL	Resolução CEPE N° 044/2021	Estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos para ingresso nos cursos de



Universidade	Resolução de Cotas para PcD	Ementa
		Graduação da UEL, como cumprimento da Lei nº 20.443/2020.
UENP	Resolução Nº 010/2022 – CEPE/UENP	Altera a Resolução 015/2021, que estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), como cumprimento da Lei Estadual nº 20.443/2020.
UNESPAR	Resolução Nº 001/2019 – COU/UNESPAR	Estabelece o Sistema de Cotas no Processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada–SISU para o ingresso de candidatos oriundos do ensino público, pretos, pardos e pessoas com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná–Unespar.
UNOESTE	Resolução Nº 003/2022 – CEPE/UNOESTE	Assegura vagas para Pessoas Com Deficiência nos cursos de Graduação e Pós-graduação, da Unioeste, a partir do ano letivo de 2022.
UNICENTRO	Resolução Nº 13/2023-CEPE/UNICENTRO	Estabelece a reserva de, no mínimo, 5% de vagas do Vestibular de 2024 para pessoas com deficiência, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.443/2020, que dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior.

Fonte: As autoras.

Para a obtenção dos dados, elaborou-se um questionário, contendo questões de múltipla escolha e discursivas, tendo como respondentes seus respectivos bibliotecários responsáveis/diretores.

O questionário foi elaborado utilizando-se da ferramenta Google Forms para estruturação do questionário, tendo sido criado um link para acesso ao mesmo, o qual foi enviado para as bibliotecas universitárias participantes da pesquisa, nos e-mails dos respondentes. Dos 7 e-mails enviados, retornaram 6 questionários respondidos, mediante os quais procedeu-se a análise, chegando aos resultados seguintes.

RESULTADOS

Sobre o atendimento aos usuários com deficiência, todos os 6 bibliotecários/responsáveis informaram que atendem pessoas com deficiência, vindo ao encontro do que consta na literatura da área sobre o aumento de pessoas com deficiência no ensino superior. (Costa; Pieczkowski, 2020). Essa assertiva pode ser comprovada pelos dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira de 2022 do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) que mostram que o número de matrículas de alunos com deficiência em instituições de ensino superior cresceu, conforme tabela 1, sendo uma demanda para as bibliotecas, que devem se preparar para receber estes alunos.

Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2012-2022.

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matriculados em Cursos de Graduação
2012	26.483	0,4 %
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%

Fonte: INEP (2022, p. 60)

Embora seja constatado certa expansão na disponibilidade de vagas no ensino superior, isso não significa que haja inclusão efetiva dos estudantes com deficiência na universidade. Conforme Costa e Pieczkowski (2020, p. 3):

Apesar das transformações pelas quais passa a educação superior, a expansão não democratizou efetivamente esse nível de ensino, que historicamente evidencia marcas da seleção e

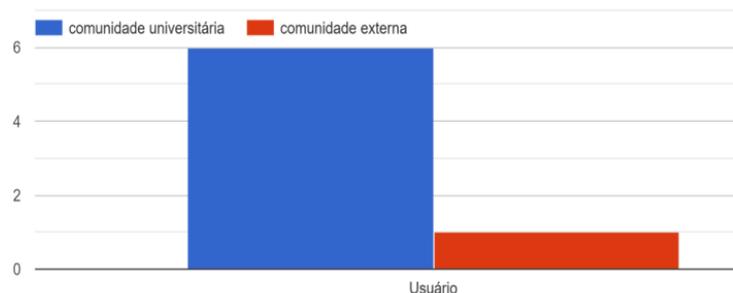
da exclusão. O ingresso, especialmente nas instituições de educação superior privadas, está mais facilitado, decorrente de ampliação de vagas para esse nível de ensino, nos últimos anos. Contudo, muitos estudantes em idade de frequentar a educação superior continuam excluídos, tenham eles deficiência ou não. Outros ingressam, mas não concluem os cursos.

Por essa razão é necessário garantir, além do acesso, condições de permanência desses estudantes na universidade. Isso perpassa não somente pela adequação do ensino em sala de aula, mas também pela acessibilidade em outros espaços universitários, como é o caso das bibliotecas, conforme problematizado na presente pesquisa, e também pela implementação de políticas de inclusão e acessibilidade.

O acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência são potencializados por políticas de inclusão e acessibilidade, o que vai além de determinações legais e até mesmo da boa vontade ou possibilidades dos gestores das instituições de educação superior. (Costa; Pieczkowski, 2020, p. 4).

O Gráfico 1 apresenta se as pessoas com deficiência atendidas são da comunidade universitária ou comunidade externa. Os dados revelam que 1 instituição atende também comunidade externa. A biblioteca mesmo sendo universitária, atende pessoas da comunidade externa às instituição. Assim, tem-se que seu papel social está além das portas da universidade. O processo de democratização do acesso se fortalece quando pensado nesta perspectiva de abertura dos espaços universitários para a comunidade em geral, considerando seu compromisso com o desenvolvimento social e com a democratização do saber científico.

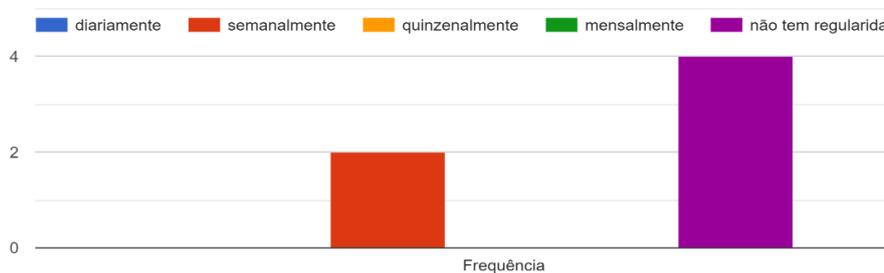
Gráfico 1 – Atendimento ao usuário comunidade universitária e comunidade externa



Fonte: As autoras.

No Gráfico 2 é possível verificar com qual frequência esses atendimentos ocorrem. Em quatro bibliotecas não há regularidade, em relação ao atendimento, enquanto duas informaram receber pessoas com deficiência semanalmente.

Gráfico 2 - Frequência de atendimento a pessoas com deficiência nas bibliotecas respondentes.



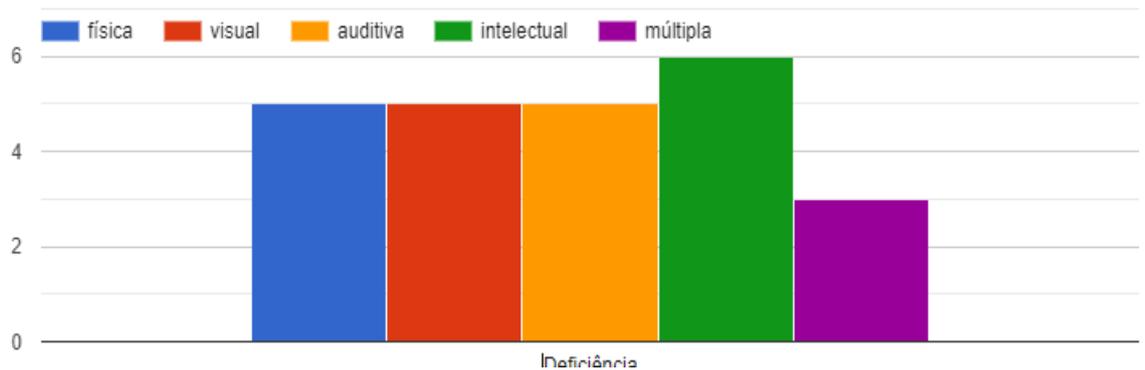
Fonte: As autoras.

Para melhorar essa frequência é interessante a biblioteca ouvir as pessoas com deficiências, o porquê de não utilizarem com maior regularidade. Será que é espaço físico, dificuldades de locomoção, as questões atitudinais estão interferindo, o atendimento deixa a desejar, os recursos e tecnologias assistivas não são compatíveis com suas necessidades informacionais? Estes são exemplos de questões que auxiliam na elucidação do problema, em vista

da tomada de providência e da adoção de estratégias que possam tornar as bibliotecas cada vez mais acessíveis.

De acordo com o Gráfico 3, os usuários identificados são na maioria pessoas com deficiência intelectual (6 bibliotecas). A deficiência que menos aparece é a múltipla.

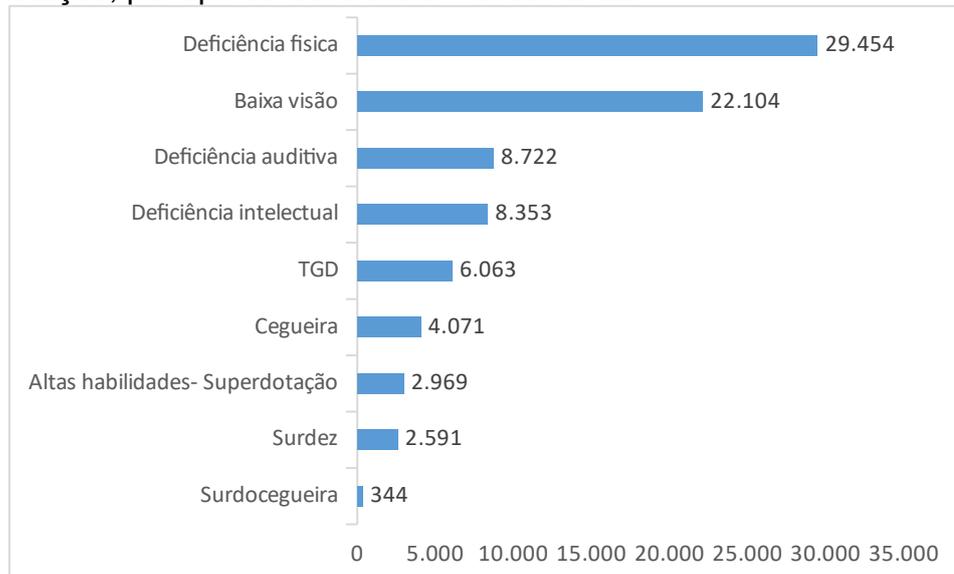
Gráfico 3 - Tipos de deficiências atendidas pelas bibliotecas



Os profissionais bibliotecários diante desta realidade, devem possibilitar o acesso igualitário à informação e aos serviços oferecidos a essa clientela que vêm crescendo na educação superior. Na realidade todos os agentes universitários e docentes precisam conhecer sobre as diferentes deficiências, posto que temos como desafio nos adequar em face do atendimento das demandas das pessoas com deficiência nos diferentes espaços da universidade. Na biblioteca não é diferente.

Os dados do INEP (2022, p. 61) mostram o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, por tipo de deficiência (Gráfico 4).

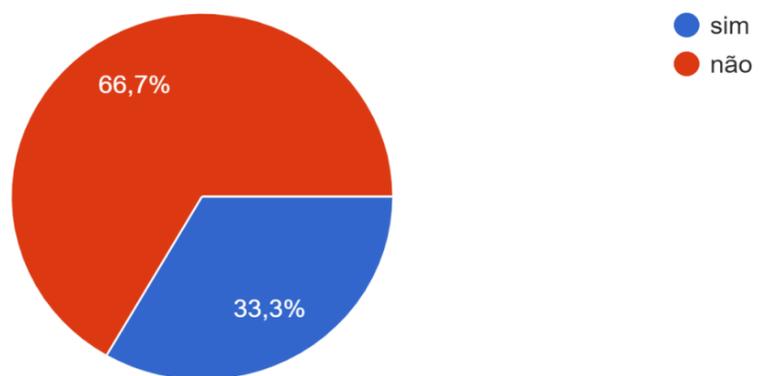
Gráfico 4 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência – Brasil 2022



Fonte: INEP (2022, p. 61)

A disponibilização de softwares específicos nas bibliotecas para as pessoas com deficiência é apresentado no Gráfico 5, sendo que 2 bibliotecas informaram que possuem e 4 que não possuem. Percebemos que, as bibliotecas e suas instituições precisam se adequar, adquirindo equipamentos que facilitem a inclusão.

Gráfico 5 – Disponibilização de softwares específicos para as pessoas com deficiência na biblioteca.



Fonte: As autoras.

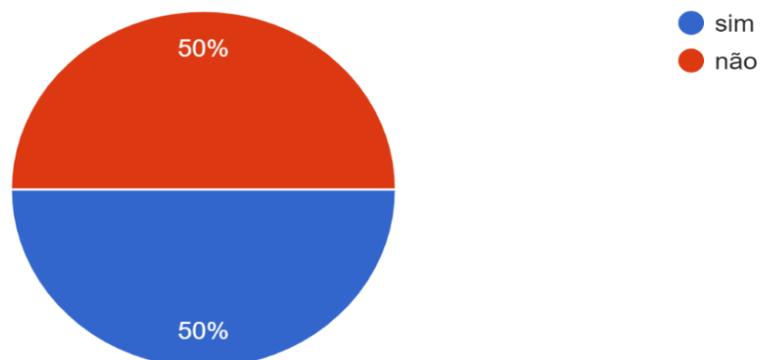
Uma das bibliotecas relatou que a universidade conta com um programa institucional oferecendo atendimento às pessoas com deficiência e auxiliando a biblioteca. Os softwares utilizados são: Braille Virtual - versão para Linux e Windows, Dosvox, MicroFenix, Motrix, Teclado Amigo, Teclado Comunique, Software Emulador de Teclado (ETM). A outra biblioteca informou que utiliza o leitor de tela NVDA. - NonVisual Desktop Access (Acesso Não Visual ao Computador).

Para Stroparo (2014, p. 69):

[...] como na adequação da página da Web, software e hardware. Apresenta-se com o papel de buscar [...] formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e favorecendo a garantia do direito à educação.

No Gráfico 6 podemos visualizar que, 50% das bibliotecas possuem recursos de tecnologia assistiva e 50% não.

Gráfico 6 – Recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas



Fonte: As autoras.

As bibliotecas que responderam sim, descreveram os tipos de recursos de tecnologia assistiva como:

- Lupa eletrônica,
- Um óculos OrCam;
- Recursos de acessibilidade ao computador, teclado, plataforma elevatória.

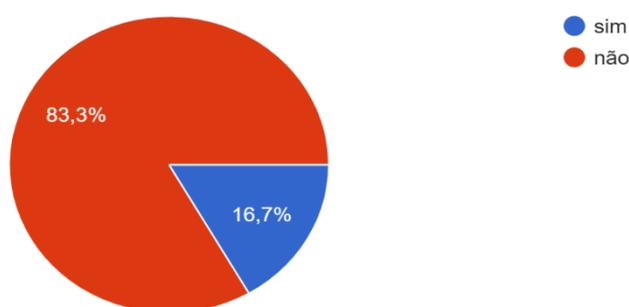
A tecnologia assistiva pode ser considerada um facilitador, contribuindo para o acesso à informação para todos. Essa assertiva vem ao encontro de Gala (2023) que afirma:

A tecnologia assistiva pode ser descrita como um conjunto de recursos e serviços criados com o intuito de promover mais acessibilidade e autonomia para as pessoas com deficiência. Seu objetivo é fazer com que essa parcela da população esteja mais incluída na sociedade e seja capaz de realizar suas atividades diárias de maneira equitativa às outras pessoas sem deficiência.

Para Mary Pat Radabaugh (apud Gala, 2023), Diretora do IBM National Support Center for Persons with Disabilities em 1993, “a tecnologia torna as coisas mais fáceis para pessoas sem deficiência. Para pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

Sobre a disponibilidade de serviços específicos para atender as diferentes necessidades e especificidades das pessoas com deficiência, apenas 1 bibliotecário/responsável respondeu que sim (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Disponibilização de serviços específicos para atender as diferentes necessidades e especificidades das pessoas com deficiência

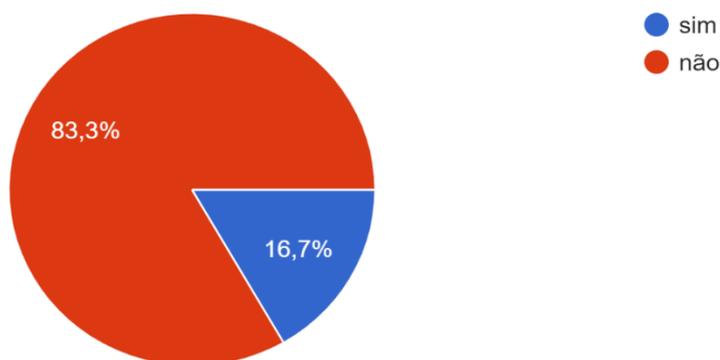


Fonte: As autoras.

A biblioteca que respondeu sim informou “atendimento personalizado e individual”. Essa biblioteca demonstra ter uma clara visão da sua importância na diminuição de barreiras encontradas pelos usuários com deficiências, contribuindo para a permanência desses usuários na universidade, podendo também contribuir com a questão da diminuição da evasão.

Outra questão relevante foi saber se a biblioteca possui um espaço para oferecer serviços e conteúdos aos usuários com deficiências. De acordo com o Gráfico 8, somente 1 bibliotecário/responsável respondeu ter um espaço específico na biblioteca que atua.

Gráfico 8 - Existência de espaços para a oferta de serviços e conteúdos aos usuários com deficiência



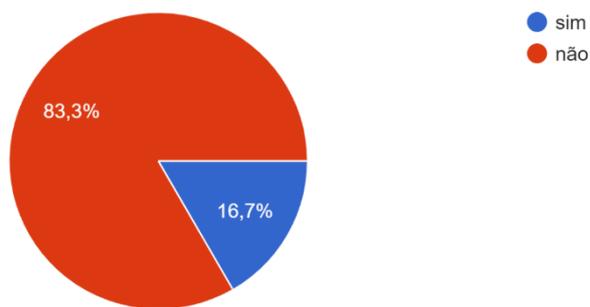
Fonte: As autoras.

Quanto a existência de política institucional de acessibilidade onde a biblioteca está inserida (Gráfico 9), apenas 1 bibliotecário/responsável afirmou que sim, mencionando a existência do Núcleo de Acessibilidade.

Núcleo de acessibilidade, é:

[...] a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão, demonstrando seu caráter multidisciplinar para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência (Brasil, 2008, p. 39).

Gráfico 9 - Política institucional de acessibilidade onde a biblioteca está inserida

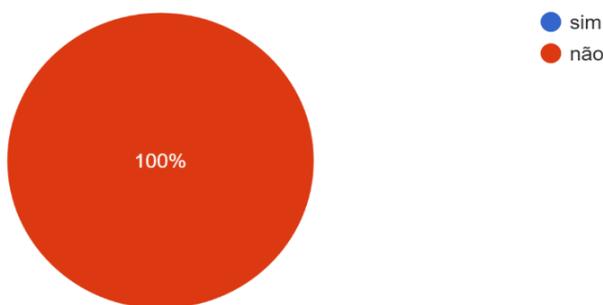


Fonte: As autoras.

Salienta-se a importância da política institucional para obter recursos financeiros, seja para adequação das bibliotecas em relação a acessibilidade e também para a capacitação do pessoal técnico.

Com relação a existência de alguma política governamental de acessibilidade onde a biblioteca esteja inserida, todas informaram que não existe (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Política governamental de acessibilidade onde a sua biblioteca está inserida



Fonte: As autoras.

Sabendo-se das dificuldades financeiras que muitas instituições públicas de ensino superior têm para realizar as modificações e adaptações necessárias para receber os alunos com deficiência, o dado acima é um fator preocupante,

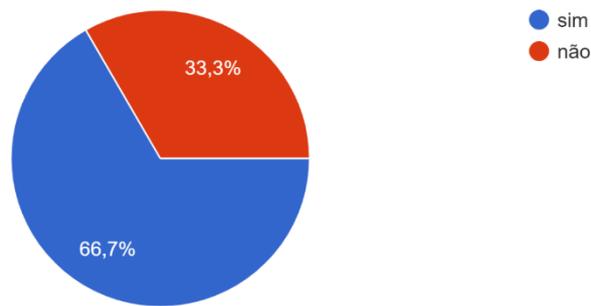
pois a partir do momento em que se tem uma política governamental coesa, a liberação de investimentos para infraestrutura física e de pessoal, pode contribuir para amenizar as barreiras encontradas pelas instituições de ensino. Neste contexto ressalta-se a importante iniciativa do governo federal no ano de 2005 com o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) que:

[...] propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2024).

A própria Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação a todos, onde no art. 208, inciso 3º. prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, às pessoas com deficiência, no art. 3º estabelece o Estado promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e no art. 5º afirma a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988). E também pela Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência, art. 63 que apresenta a obrigatoriedade da inclusão e do acesso à informação aos cidadãos (Brasil, 2015).

No Gráfico 11, pode-se constatar que 4 universidades possuem Núcleo de Acessibilidade e outras 2 não possuem. No Gráfico 12, verificou se a biblioteca está contemplada neste grupo..

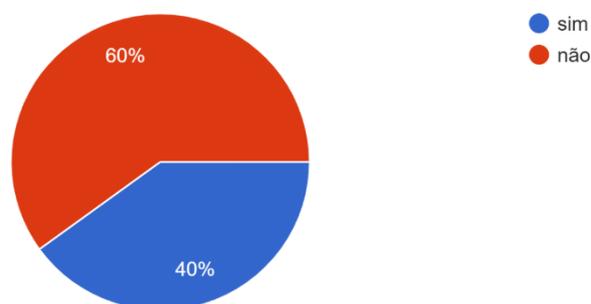
Gráfico 11 - Existência de Núcleo de Acessibilidade na instituição



Fonte: As autoras.

Os núcleos de acessibilidade dentro das universidades têm um papel preponderante de desenvolver e executar ações que envolvem todas as questões de acessibilidade e inclusão, abrangendo desde as questões pedagógicas, tecnologias assistivas, atitudinais até a conscientização da comunidade universitária no todo.

Gráfico 12 - A biblioteca está inserida em algum contexto dentro desse núcleo



Fonte: As autoras.

As respostas de 2 bibliotecários responsáveis:

- Programa institucional que atende toda a instituição com pessoas capacitadas nos diversos tipos de deficiência e a biblioteca participa de reuniões;
- Colaboração nos atendimentos.

Sobre a questão “Qual a sua percepção sobre a qualidade do atendimento da sua biblioteca dispensado aos usuários com deficiência?” Abaixo são apresentadas as respostas dos bibliotecários/responsáveis:

- Na atualidade a Biblioteca Central tem a acessibilidade na arquitetura, elevador, sanitários adequados, alguns livros em braile e duas unidades de lupas eletrônicas. Estamos com projeto de inclusão e/ou parceria com empresas para que possamos equipar as bibliotecas da instituição com recursos de tecnologia assistiva.
- A universidade conta com a equipe do Programa Institucional, os quais tem profissionais capacitados que auxilia as Bibliotecas dos Campi no atendimento a pessoas com deficiência, penso que as Bibliotecas fazem seu melhor para atender esses usuários dentro das condições que a instituição oferece, podendo ser melhorado cada vez mais.
- Fazemos o melhor que podemos dadas as condições que temos, mas é muito frustrante não poder efetuar um atendimento de qualidade para esse usuário.
- Atendimento mais procurado é com deficiente visual, atendemos o usuário individualmente e toda atenção a pessoa enquanto estiver dentro da Biblioteca.
- Muito superficial.

As falas acima vem demonstrar a preocupação dos diretores/responsáveis das bibliotecas pesquisadas em promover a igualdade de acesso aos produtos e serviços ofertados pelas suas instituições, mesmo que alguns ainda sentem que a instituição poderia estar fazendo mais para as pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os resultados obtidos, faz-se necessário promover melhorias no atendimento dos usuários com deficiência, porém, se de um lado temos muito o que fazer do outro percebe-se que já existem iniciativas dentro

das bibliotecas pesquisadas para que todos tenham acesso aos espaços e produtos, indiferentes se tenham ou não alguma deficiência.

As bibliotecas universitárias para serem inclusivas, devem se assegurar das políticas públicas institucionais ou governamentais, essa última mais complexa do que a primeira para ser implantada e/ou implementada.

Cabe ao profissional bibliotecário inserir no seu planejamento, ações concretas que favoreçam a permanência dos alunos com deficiências no ensino superior até a conclusão de seus cursos.

Tem que levar em consideração os Planos de Desenvolvimento Institucionais onde as bibliotecas devem estar inseridas, que suas ações saem do papel e se transformem em ações concretas, focando na sua missão, visão, estratégias e ações para que suas metas e objetivos sejam alcançados na sua totalidade.

Recomenda-se um estudo com as pessoas com deficiências das instituições para conhecer as suas realidade, dificuldades e desafios no contexto universitário.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. **Lei brasileira de inclusão (LBI):** estatuto da pessoa com deficiência - Lei no 13.146, 6 de julho de 2015. Brasília. Disponível em: <https://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- BRASIL **Rede de acessibilidade:** como construir um ambiente acessível nas organizações públicas. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 3, n. 84, p. 39-40, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=816-incluir-propostas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 jan. 2024.

p.61

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, S.C.. Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência: um estudo preliminar nas bibliotecas universitárias estaduais do Paraná *Cadernos de InterPesquisas*, Curitiba, v.2, p.43-63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10596110>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa Incluir**: apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/programa-incluir>. Acesso em 10 jan. 2024.

CASTRO, Maria José Rodrigues, BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira.

Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 104-124, mar./ago. 2021. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178690/172368>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Inclusão de Estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**. 2020, 36, e208179. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DINIZ, Isabel Cristina dos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cássia Cordeiro. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Políticas públicas,**

educação e diversidade: uma compreensão científica do real. São Paulo: Editora Científica Digital, 2020. Cap. 23, p. 310-324. Disponível em: [200901408.pdf](https://www.editoracientifica.com.br/200901408.pdf) (editoracientifica.com.br). Acesso em: 19 jun. 2023.

GALA, Ana Sofia. **Tecnologias assistivas**: o que são e exemplos. 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/tecnologias-assistivas/>. Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua** – pessoas com deficiência tem menos acesso à educação, ao trabalho e à renda. 24 ago. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/nov/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 03 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Educação Superior**: Divulgação dos resultados. Brasília: INEP, 10 out. 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/

2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em 05 nov. 2023.

MEZZARI, Vanessa Caroline. **A LIBRAS como elemento de acessibilidade informacional para o surdo no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Universidade Federal do Paraná, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/35810/R%20-%20D%20ELIANE%20MARIA%20STROPARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 07 nov. 2023.